



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, SA

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

**António Fernando Ledo de Matos**  
Av. D. Dinis, 25 - 2º  
5000 – 600 Vila Real

Mirandela, 6 de março de 2017

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da “**Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA**”, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, conducente à respectiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das Demonstrações Financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, os seus fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos acionistas e dos órgãos sociais.
- As Demonstrações Financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
- Estão registados todos os ativos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos.
- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado.
- Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes.
- Todas as reclamações relativas a litígios existentes ou esperados encontram-se adequadamente registadas/divulgadas nas Demonstrações Financeiras, tendo em conta o grau de probabilidade esperado associado ao respetivo desfecho.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas, exceto no que se refere ao rompimento do relacionamento comercial com o cliente CP a partir de janeiro/ 2017.

- A empresa deixará de laborar a curto prazo, pelo que não é aqui aplicável o princípio da continuidade.
- A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições) estão integral e apropriadamente escrituradas.
- Não se verificaram irregularidades envolvendo os administradores, que possam ter efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.
- Foi vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as Demonstrações Financeiras.
- Apesar de aqui não ser aplicável o pressuposto da continuidade das operações (pelos motivos que se conhecem), as Demonstrações Financeiras foram preparadas numa base de continuidade e não numa base de liquidação. Não obstante e em termos líquidos, as diferenças que as Demonstrações Financeiras exibem relativamente aos valores que nelas constariam caso fossem preparadas numa base de liquidação não são perceptíveis/relevantes. Exceção para o caso dos Ativos Fixos ainda não depreciados, os quais poderão ser realizados por um valor (muito) inferior relativamente ao seu valor de aquisição, valor esse que, nesta altura, se desconhece.
- Toda a matéria relacionada com a continuidade da empresa, acontecimentos subsequentes e ativos, passivos e situações contingentes estão completa e adequadamente divulgadas no Anexo às contas, sendo que o Conselho de Administração está esperançado que não resultarão quaisquer responsabilidades para a entidade decorrentes dos Processos que contra esta (e outros réus) foram instaurados. Todas estas matérias foram adequadamente tratadas entre o Conselho de Administração da empresa e o seu Fiscal Único, no contexto de várias reuniões de trabalho onde tais matérias foram trabalhadas.

#### O Conselho de Administração


  
 António Luís Gomes Fontes, A. F. / V.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Exercício de 2016

## RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2016, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código, muito embora e por força do disposto no número 6 deste último artigo, a emissão deste Relatório seja dispensada.

### INTRODUÇÃO

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

Por conseguinte, à luz daquele Contrato de Prestação de Serviços, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do troço Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade tem-se circunscrito à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade tem laborado com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente, com reflexos no seu desempenho e situação financeira.

Entretanto, já no início de 2017 e na sequência de uma muita longa e complexa série de desenvolvimentos ligados ao processo de mobilidade das populações antigamente servidas pela linha do Tua, atingidas pela construção da barragem do Tua, a operação da empresa entre a estação de Mirandela e o Cachão foi definitivamente interrompida. Nestas condições, atualmente, a operação da empresa, na sua vertente ferroviária, circunscreve-se ao troço Mirandela-Carvalhais.

Acresce que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia desde meados de 2012, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete a simples



gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associadas ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município.

## ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Numa perspetiva estritamente operacional e face a 2015, a atividade da empresa em 2016 continuou estabilizada em torno dos seguintes vetores:

- A operação entre Mirandela e Carvalhais não sofreu alteração relevante;
- O relacionamento comercial com o Município de Mirandela, na sua vertente do transporte escolar, continuou a processar-se normalmente e nos mesmos termos do ano anterior;
- A ligação da empresa à CP no âmbito do cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços ferroviários a que se aludiu no ponto anterior continuou a ter lugar, muito embora em moldes que levaram a um decréscimo mensal da fatura respetiva em cerca de 2.300 €, a partir do início do segundo semestre de 2016 ;
- A MLM continuou a fazer a gestão do serviço de transporte rodoviário de passageiros dentro do perímetro da cidade de Mirandela;
- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros anteriormente servidos pelo troço da Linha do Tua encerrado há já vários anos, transporte esse também sob gestão da MLM e efetuado via táxi.

Genericamente falando e tal como todas as empresas que baseiam ou direcionam a sua atividade exclusivamente para mercados regionais ou locais de pequena (ou muito pequena) dimensão, no exercício de 2016 a MLM continuou a enfrentar os problemas próprios de uma economia regional/local pouco expressiva, subdimensionada e economicamente debilitada.

O conjunto de dificuldades em apreço traduziu-se e tem-se traduzido:

- Na impossibilidade da empresa dilatar os seus níveis de receita, considerando a pequenez do seu mercado efetivo e potencial;
- Na impossibilidade da empresa proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, dado o agravamento das condições de vida das populações, imposto por níveis de tributação elevados e pela eliminação ou redução de benefícios sociais; e,
- No decréscimo populacional cada vez mais impactante e profundo a que as regiões do interior não conseguem fugir.

## PESSOAL

O exercício findo caracterizou-se por um clima de tranquilidade e bom relacionamento entre os trabalhadores e entre estes e a Administração, tudo fatores indispensáveis à prestação de um serviço de qualidade. Para a preservação deste



*F. F. F. F.*  
*AA*

ambiente têm contribuído os serviços de higiene, saúde e segurança no trabalho, bem como o controlo da alcoolémia e a despitagem da toxicodependência dirigidos aos trabalhadores.

Considera-se que o quadro de pessoal é o adequado à dimensão da empresa e à natureza dos serviços que presta, bem como ao horário durante o qual esta labora. O número de efetivos tem-se mantido muito estável ao longo dos últimos anos.

No entanto, por força das atribuições acometidas à empresa relacionadas com a gestão dos transportes rodoviários de passageiros na malha urbana e periferia de Mirandela, a mesma viu-se na contingência de ter que contratar dois trabalhadores já na parte final do ano de 2015. Estes dois trabalhadores estão exclusivamente afetos a esta vertente do transporte de passageiros, cabendo-lhes a responsabilidade da condução dos veículos afetos ao indicado transporte.

Aliás, o acréscimo do número de efetivos decorrente do que acaba de ser dito é o que está na base do aumento dos Gastos com o Pessoal de 2015 para 2016.

Considerando a evolução previsível da empresa, a qual será objeto de explanação adiante, não se procederá à contratação de mais pessoal.

#### VEÍCULOS LRV-2000

O parque de material circulante era constituído por quatro automotoras da série USD VE 9500, tendo por referências 9503, 9504, 9505 e 9506.

Fruto do acidente ocorrido a 12 de fevereiro de 2007, a frota de veículos LRV da MLM ficou reduzida a três unidades, em virtude do abate da 9504. Posteriormente, decorrente do acidente registado já em 2008 (o segundo), a LRV 9503 ficou bastante danificada, tendo sido afastada do serviço.

Dado que não se justificava reparar este último veículo e tendo sido apresentada uma proposta de compra do mesmo por parte de um operador estrangeiro, a qual se considerou bastante interessante, procedeu-se à venda respetiva em fevereiro de 2015. Assim sendo, nesta altura, o parque de viaturas detido pela empresa é constituído por apenas dois veículos, ambos em operação.

No que às condições técnicas de segurança dos veículos se refere, o Conselho de Administração da empresa sempre pautou a sua conduta por princípios de rigor e de uma vigilância constante. Assim, os veículos ao serviço da empresa são regularmente sujeitos a uma vigilância apertada por parte dos técnicos da EMEF, visando a deteção (e posterior correção) de eventuais falhas/anomalias que venham a ser detetadas.

Paralelamente, todas as LRV são alvo de uma intervenção técnica mais profunda sempre que o desgaste dos seus principais componentes o justifique, o que normalmente acontece após terem percorrido um certo número de quilómetros.

Pelo exposto e no que às condições de funcionamento dos veículos LRV se refere, está a Administração da empresa em condições de garantir a segurança de pessoas e bens que viajam nos mesmos.



## ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

À semelhança do sucedido nos anos anteriores e nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, em particular do disposto no seu n.º 4, pretende-se agora proceder a uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que marcam as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

Uma breve análise daquelas peças contabilísticas, nomeadamente da Demonstração dos Resultados, permite extrair as conclusões de natureza quantitativa que de seguida se apresentam, numa base comparativa com os valores respeitantes aos exercícios de 2014 e 2015:

	Valores em Euros					
	2014	%	2015	%	2016	%
Fornecimentos e Serv. Externos	195.458,06	68,6	173.418,41	62,7	159.396,44	60,81
Gastos com o Pessoal	83.897,23	29,5	82.288,37	29,7	103.016,55	39,30
Gastos de Depreciação e Amortização	272,28	0,1	0,00	0,0	0,00	0,00
Gastos e Perdas de Financiamento	13.346,63	4,7	11.012,19	4,0	8.726,91	3,33
Resultado Líquido do período	4.750,22	1,7	60.098,93	21,7	-4.355,55	-1,66

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS	284.825,99	276.651,65	262.134,62
--------------------	------------	------------	------------

Debruçando-nos sobre as peças contabilísticas em apreciação ou detendo-nos no quadro anterior, concluímos que o desempenho da empresa no exercício de 2016, tanto numa perspetiva operacional como global, não sofreu alterações de nomeada.

Detalhando um pouco o que se passou em 2016 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos o que se passou:

a) Continuação da trajetória descendente do valor dos Fornecimentos e Serviços Externos, vindo o valor respetivo a situar-se muito próximo dos 160.000 € em 2016. A referida diminuição resultou essencialmente:

- Do decréscimo dos gastos suportados com a Conservação e Reparação. Assim, continuando a verificar-se um nível normal de gastos deste tipo em 2016, à semelhança do sucedido em 2015, verifica-se que a variação global anual ocorrida no valor destes gastos foi de 6.300,00 €, para menos;



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

- Da queda acentuada dos custos suportados com o táxi que realiza (ou realizava) o transporte de passageiros em algumas zonas antigamente servidas pela linha do Tua, os quais passaram de 79.115,20 € em 2015 para 66.938,06 € em 2016.

Em resultado do supra exposto, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos passou a representar, em 2016, 60,81% do valor dos Serviços Prestados, quando, no ano anterior, essa percentagem foi de 62,7%; isto, apesar do decréscimo ocorrido no valor de tais Serviços de um ano para o outro.

b) Nítido aumento dos Gastos com o Pessoal, em resultado da admissão de dois trabalhadores no final de 2015, os quais foram exclusivamente destinados ao serviço de transporte rodoviário de passageiros.

Quanto aos trabalhadores que já há muito fazem parte do quadro de pessoal, verificou-se um ligeiro aumento do valor gasto com as suas remunerações, principais e acessórias, facto que também contribuiu para o crescimento do total de gastos ligado a esta rubrica

c) Continuou-se a não registar qualquer gasto com Depreciações em 2016, tal como sucedido no período anterior. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil;

d) Após um período em que se mantiveram em níveis bastante estáveis, os Gastos de Financiamento voltaram a experimentar um decréscimo razoável em 2016. Este facto radica nos níveis muito baixos que as taxas Euribor têm observado, as quais acentuaram os valores negativos em que entraram em 2015 (e continuam nesta altura), sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa estão indexados à Euribor.

No tocante ao comportamento dos rendimentos arrecadados pela sociedade em 2016, importa destacar o seguinte:

a) O valor dos Serviços Prestados apresentou uma redução com algum significado. Tal redução não derivou de qualquer mexida no valor do tarifário em vigor em 2016, nem sequer da diminuição da procura/número de passageiros transportados.

Efetivamente e no que diz respeito ao valor dos serviços prestados não diretamente ligados ao serviço prestado à CP, o valor respetivo apresentou uma estabilidade assinalável (cerca de 39.000 €/ano). Assim, a redução aqui em causa tem exclusivamente a ver com os serviços anuais faturados à CP, os quais passaram de 237.522 € em 2015 para 223.642 € em 2016;

b) Contrariamente ao que aconteceu em 2015, ano em que se realizou uma mais valia pelo valor de 50.000 € resultante da alienação de uma automotora em fim de vida e bastante danificada, no período de 2016 não ocorreram acontecimentos extraordinários que tenham beneficiado a empresa com rendimentos de valor relevante. Aliás, é exatamente esta importante circunstância que justifica o desnível dos Resultados alcançados em 2015 face aos obtidos em 2016.

Então, como corolário do comportamento combinado supra mencionado das variáveis económicas em apreço, os Resultados Líquidos atingiram o valor de - 4.355,55 € em 2016. O facto de não se ter conseguido obter um valor positivo para o Resultado



Líquido é uma novidade, em virtude de ao longo dos últimos anos se terem obtido lucros consecutivos. Ao mesmo tempo, pode dizer-se que o facto de não se ter alcançado um valor positivo para os resultados da empresa deriva, fundamentalmente, do efeito cruzado da diminuição do valor dos serviços prestados e do aumento dos Gastos com o Pessoal, conforme acima detalhado.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Esta melhoria é bem visível pelo equilíbrio entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, isto é, com exclusão da enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os excedentes de tesouraria que foram sendo gerados, os quais radicam na obtenção de resultados positivos ao longo dos últimos anos.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2016.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do ano de 2016, no valor de - 4.355,55 €, seja transferido para Resultados Transitados.

## PERSPETIVAS

Numa perspetiva de continuidade da empresa, haverá que assinalar o seguinte:

(i) De acordo com as informações disponíveis, a mobilidade em torno da linha do Tua, envolvendo, sobretudo, o transporte ferroviário de passageiros, para fins turísticos e de transporte corrente, arrancará a breve prazo, sendo que já é conhecida a empresa concessionária que tomará conta desse serviço. Estão já realizadas, aliás, as melhorias e transformações na infraestrutura de modo a que essa operação tenha já lugar. Por conseguinte, a este nível, estão já criadas as condições para concretizar a dissolução da MLM muito rapidamente;

(ii) Já no início de 2017 ocorreu a denúncia do contrato de prestação de serviços celebrado entre a MLM e a CP. Por força dessa denúncia, há muito perspetivada, a MLM já não realiza a operação entre a estação de Mirandela e o Cachão, circunscrevendo a sua área de atuação ao troço Mirandela-Carvalhais. Este facto resulta numa redução drástica das receitas da empresa e de excesso de capacidade operativa que não é aproveitada.

Como está bem de ver, a MLM não tem quaisquer hipóteses de sobrevivência sem os rendimentos mensais gerados por aquele Contrato de Prestação de Serviços firmado com a CP, sendo que, mesmo na vigência desse Contrato, não conseguia obter os fundos necessários para proceder a investimentos de substituição.



Face ao exposto, estão criadas todas as condições para dissolver a empresa no decurso dos próximos meses.

Por outro lado,

- Acresce que importa dar cumprimento ao disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, dado que a empresa se encontra nas condições aí previstas. Porém, este facto não tem impedido a normal laboração da empresa, a que acresce o facto de nestes últimos anos a mesma ter apresentado resultados positivos;

- Assinala-se que a empresa está abrangida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, artigo 62.º. No entanto, a dissolução da empresa tem estado dependente de circunstâncias e/ou acontecimentos não completamente ao alcance do seu Conselho de Administração.

### OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência, para além do apontado em (ii) sob o título "Perspetivas";

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa.

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

No que se refere ao crédito de fornecedores, a empresa está apenas dependente da atitude que o seu principal credor (CP) venha a tomar quanto à exigência do crédito avultadíssimo que sobre a mesma detém.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

No caso de a empresa prolongar a sua atividade para além dos primeiros meses do ano já em curso, irão surgir riscos sérios de liquidez e de fluxos de caixa a curto prazo, considerando o fim da receita mensal apurada decorrente do serviço prestado à CP. Por conseguinte, havendo necessidade de tal prolongamento, a MLM terá de ser subsidiada por alguém, devendo os seus acionistas encarar ou equacionar desde já essa realidade.



Mirandela, 1 de março de 2017

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

*O Presidente*



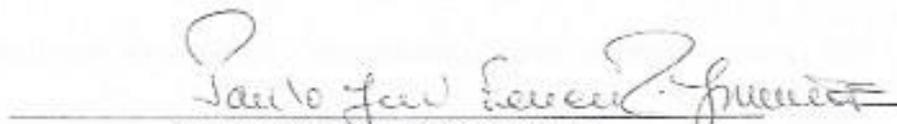
Eng. António Almer Branco

*O Administrador por parte da CP*



Eng. António Luís Soares Martins da Silva

*O Administrador Delegado*



Eng. Paulo João Ferreira Magalhães



**ANEXO  
(modelo reduzido)**

*1 - Identificação da entidade*

*1.1 - Designação da entidade*

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA  
NIF: 503 518 794

*1.2 - Sede*

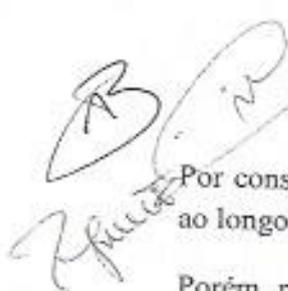
Rua D. Afonso III  
5370 – 408 Mirandela

*1.3 - Natureza da atividade*

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto que juntou a Câmara Municipal de Mirandela e a CP. Esta junção culminou com a participação no capital da MLM, SA de ambas as entidades, detendo a primeira 90% do mesmo e a segunda 10%, assim se constituindo, naquele ano, esta sociedade.

O objeto da sociedade consiste na prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros numa parte da linha do Tua.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à antiga REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura.

  
Por conseguinte, na prática, cabia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário ao longo do troço Carvalhais/Tua.

  
Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade tem-se circunscrito à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Brunheda. Por conseguinte, desde essa altura, a sociedade tem laborado com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles por via dos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente, com reflexos no seu desempenho e situação financeira.

Entretanto, já no início de 2017 e na sequência de uma muita longa e complexa série de desenvolvimentos ligados ao processo de mobilidade das populações antigamente servidas pela linha do Tua, atingidas pela construção da barragem do Tua, a operação da empresa entre a estação de Mirandela e o Cachão foi definitivamente interrompida. Nestas condições, atualmente, a operação da empresa, na sua vertente ferroviária, circunscreve-se ao troço Mirandela-Carvalhais.

Acresce que a empresa vem assumindo a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade e sua periferia desde meados de 2012, tarefa que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM compete a simples gestão do mencionado serviço, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas e encargos associados ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município.

## ***2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:***

*2.1 - As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística para Microentidades, constante do Aviso n.º 8255/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.*

*2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

### **3 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

#### **3.1 - Principais políticas contabilísticas:**

##### **a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

##### **b) Outras políticas contabilísticas.**

###### *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No caso concreto do exercício de 2016, não se contabilizaram quaisquer depreciações relativas a Ativos Fixos Tangíveis, na medida em que os elementos correspondentes já não apresentavam valor líquido escriturado no final do ano e, por outro lado, existiam elementos que não se encontravam ainda em condições de funcionamento (porque ainda não aplicados).

###### *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.



*Impostos sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta apenas do imposto corrente. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável contudo que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

*Ativos e passivos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

*Contas a receber*

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

*Caixa e equivalentes a caixa*

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de

tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

#### *Contas a pagar*

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

#### *Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos*

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

#### *c) Principais pressupostos relativos ao futuro.*

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações. Contudo, assume como perfeitamente possível, sendo o mais certo, ter de interromper essas mesmas operações ainda no decurso de 2017, tendo em conta:

- A alta probabilidade de o transporte ferroviário na Linha do Tua ser concessionado a uma outra empresa no início do segundo semestre do corrente;
- Os desenvolvimentos já ocorridos em 2017 relativos à implementação, no terreno, dessa empresa;
- A interrupção definitiva da operação da MLM no troço ferroviário entre a Estação de Mirandela e a estação do Cachão já ocorrida no início do ano corrente.

Todo o acima descrito está relacionado com a concretização do plano de mobilidade ao longo da Linha do Tua, decorrente do impacto da construção da barragem do Tua.

Não obstante e apesar do supra referido, assume-se que será possível realizar a maior parte dos ativos pelos valores escriturados e constantes do Balanço, sendo que a liquidação dos passivos da entidade deverá ser feita pelo seu valor nominal, igualmente constante de tal Balanço. Em abono a este pressuposto, acrescenta-se que grande parte

dos elementos que constituem os Ativos Fixos Tangíveis não apresenta valor contabilístico.

Apenas um elemento constitutivo de tais Ativos apresenta valor contabilístico, tendo-se a noção, nesta data, de que será altamente improvável realizar tal valor num contexto de dissolução da empresa.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Ver, de qualquer modo, o descrito no ponto “6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

3.2 - Adoção pela primeira vez da Norma Contabilística para Microentidades:

Explicação acerca da forma como a transição das NCRF para a Norma Contabilística para Microentidades afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados.

A posição e desempenho financeiros relatados não foram afetados pela transição supra mencionada.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e outras construções	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento biológico	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
		Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas		193,12	609.537,80		32.268,49		3.552,82		645.552,09
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	629.837,80		32.268,49		3.552,82		665.852,09
	Quantias líquidas escrituradas									
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, extinções e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, extinções e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2015 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas		193,12	722.698,19		32.268,49		3.552,82		759.052,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	822.598,19		32.268,49		3.552,82		759.052,62
	Quantias líquidas escrituradas									
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, extinções e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, extinções e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas		193,12	722.698,19		32.268,49		3.552,82		759.052,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	822.608,19		32.268,49		3.552,82		759.052,62
	Quantias líquidas escrituradas									

Acrescenta-se que o equipamento básico adquirido em 2015 e mencionado no quadro supra não foi aplicado até ao final do ano de 2016, encontrando-se, à data de 31/12/2016, ainda em estaleiro. Por esse motivo, não foi registada qualquer depreciação no contexto destes dois exercícios.

Os valores inscritos em "Depreciações e perdas por imparidade acumuladas" dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

Apesar de o material circulante ao serviço da entidade já se encontrar completamente depreciado, a verdade é que ainda se encontra em operação, prevendo-se que assim continue num futuro previsível enquanto estiver ao serviço da mesma. Neste sentido e *a priori*, seria de estimar o período de vida adicional para este conjunto de ativos, reexpressando o seu valor no final de 2016. Porém, tal não foi feito, tendo em conta a dissolução previsível da empresa no decurso do segundo semestre do corrente ano e o desconhecimento do valor a atribuir a esses ativos numa base de liquidação.

## 5 - Rébito:

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rébito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos rébitos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

Os restantes rébitos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rébito reconhecida durante o período incluindo o rébito proveniente de:

- a) Venda de bens;
- b) Prestação de serviços;
- c) Juros;
- d) Royalties;
- e) Dividendos.

(valores expressos em euros)

Quantias dos rébitos reconhecidas no período	Período 2016			Período 2015		
	Rébitos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rébitos reconhecidos no período	Variação percentual face aos rébitos reconhecidos no período anterior	Rébitos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos rébitos reconhecidos no período	Variação percentual face aos rébitos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	262.134,62	100,00%	(5,25%)	276.651,65	100,00%	(2,87%)
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	262.134,62	100,00%	(5,25%)	276.651,65	100,00%	(2,87%)

## 6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

a) Correm termos três Processos Judiciais em que a entidade figura como Ré, dela se reclamando o pagamento de indemnizações de valor relativamente avultado. Em tais Processos, para além da MLM, constam outros Réus conhecidos, os quais também respondem, solidariamente, pelas indemnizações peticionadas.

No âmbito de um dos Processos, as Rés foram já condenadas ao pagamento do valor aí em causa, em primeira instância, tendo a MLM optado por apresentar recurso para o Tribunal Superior (Tribunal da Relação).

Face à dificuldade em se apurar os valores indemnizatórios eventualmente imputáveis à MLM no caso de vir a ser judicial e efetivamente condenada e à convicção da Administração de que nada é devido pela empresa aos Autores das Ações Judiciais em apreço, não foi constituída qualquer provisão a este propósito.

De todo o modo, estando-se aqui perante um passivo contingente e de valor importante, informa-se que:

- O valor total das Ações Judiciais que correm termos contra a MLM, envolvendo, também e de forma solidária, outros Réus é de aproximadamente 500.000,00 €;

- Por sentença proferida em 13/01/2016 e no âmbito de uma daquelas três Ações, a MLM, conjuntamente e de forma solidária com outros dois Réus, foi condenada a pagar:

\* 108.309,00 € aos dois Autores da Ação;

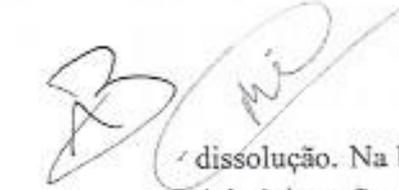
\* Juros, à taxa legal em vigor, sobre aquele capital em dívida, contabilizados desde a data da decisão até integral e efetivo pagamento;

\* A quantia que uma das Autoras venha a suportar no futuro com a aquisição de medicamentos e com os tratamentos médicos a que terá de sujeitar-se em consequência direta e necessária do facto que levou à apresentação da Ação.

Entretanto, a dita sentença foi objeto de Recurso para o Tribunal da Relação.

Genericamente, é entendimento da Administração que nada é devido pela entidade no contexto das Ações Judiciais supra mencionadas.

b) É praticamente certo que a entidade será dissolvida até ao final do corrente ano. Apesar disso, não foi constituída qualquer provisão destinada a atender aos encargos derivados das indemnizações devidas aos trabalhadores, em consequência dessa

  
dissolução. Na base da ausência da constituição da referida provisão, está a ideia de a Administração colocar os trabalhadores da MLM noutros trabalhos, em particular a exercer funções similares na empresa que assumirá o transporte ferroviário na Linha do Tua, por concessão.

  
De todo o modo, se a empresa vier a incorrer na obrigação de indemnizar os trabalhadores, a mesma terá de ser calculada atendendo ao seguinte:

\* A maior parte dos trabalhadores da empresa, em número de quatro, integram o quadro de pessoal da mesma desde a sua fundação (1995), sendo que os dois restantes foram admitidos no final de 2015;

\* Serão seis os funcionários a indemnizar;

\* Durante o ano de 2016, o valor bruto mensal das remunerações aos trabalhadores ascendeu a cerca de 5.000,00 € (incluindo subsídio de alimentação).

e) A empresa dispõe no seu património de um lote de travessas de madeira para aplicação na via-férrea. Tais travessas foram adquiridas na perspectiva de uma intervenção de fundo na via, substituindo-se as travessas velhas e já sem condições para desempenharem cabalmente a sua função, principalmente no troço Mirandela/Carvalhais.

Desde a aquisição daquelas travessas e até à data não foi feita a projetada e necessária intervenção, pelo que, neste momento, quase todas as travessas adquiridas ainda se encontram em stock. Assim sendo e no contexto da dissolução da empresa, que se perfila para breve, pode muito bem acontecer não ser possível recuperar a totalidade do investimento feito na compra das travessas em apreço, podendo até acontecer só se recuperar um valor marginal do mesmo.

Por conseguinte e considerando que o valor de compra das travessas, sem IVA, ascendeu a 30.480,00 €, podemos estar em presença de uma perda relevante.

## **7 - Instrumentos financeiros:**

*7.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.*

Principais bases de mensuração dos instrumentos financeiros	Bases de mensuração		
	Custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade	Justo valor através de resultados	Justo valor através de capitais próprios
Clientes e outras partes a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários de maturidade e prazo de amortização definidos	x		
Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira com maturidade e prazo de amortização definidos			
Investimentos em obrigações não convertíveis			
Instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis			
Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emissor incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida			
Empréstimos a subsidiárias ou associados com a maturidade e prazo de amortização definidos			
Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável	x		
Investimentos em instrumentos de capital próprio com as ações divulgadas publicamente			
Ativos financeiros e o passivos financeiros classificados como deidos para negociação			
Derivativos (ou contrato ou direito a adquirir numa data futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente			
Instrumentos de cobertura de taxa de juro fixa ou do risco de preço de mercado nas para mercado nas detidas			
Investimentos de cobertura do risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercado nas no âmbito de um contrato missa ou do elevada em totalidade de transação futura ou de investimento fiável, numa operação económica			

- Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo;
- A entidade encontra-se em incumprimento, desde há muito, com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2016 ascende a 1.711.478,73 €.
- Acrescenta-se que o incumprimento referido na alínea anterior assenta no facto de ainda não terem sido consumados os termos do acordo há muito celebrado entre os dois acionistas da sociedade a respeito da cedência de uns terrenos a desafetar do domínio público ferroviário, os quais serviriam para pagar o débito acima mencionado por parte da sociedade.

7.2 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2014 (01.01.2015)	125.000,00			(1.777.775,85)		4.750,22	(1.648.025,63)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolsos) de outros instrumentos de capital próprio							
Prévia adoção do Norma Contabilística para Microentidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				4.750,22		(4.750,22)	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior							
Resultado líquido do período						60.098,93	60.098,93
Saldo 31.12.2015 (01.01.2016)	125.000,00			(1.773.025,63)		60.098,93	(1.587.925,70)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolsos) de outros instrumentos de capital próprio							
Prévia adoção do Norma Contabilística para Microentidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				60.098,93		(60.098,93)	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior							
Resultado líquido do período						(4.355,55)	(4.355,55)
Saldo 31.12.2016	125.000,00			(1.712.926,70)		(4.355,55)	(1.592.282,25)

## 8 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

### 8.1 - Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2016			Período 2015		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	3.600,00		3.600,00	3.600,00		3.600,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
<b>Totais</b>	<b>3.600,00</b>		<b>3.600,00</b>	<b>3.600,00</b>		<b>3.600,00</b>

## 8.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

## 9 - Outras divulgações:

### 9.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas;

*Quantia dessas operações e natureza da relação com as partes relacionadas.*

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

(valores expressos em euros)

*Handwritten: A, -p, Z. Inscrito*

Transações com as partes relacionadas		Período 2016				Período 2015			
		Vendas	Prest. Serviços	Rendimentos Suplementares	Compras	Vendas	Prest. Serviços	Rendimentos Suplementares	Compras
Empresa-mãe	Acionista majoritário		5.187,74				5.016,02		
	Subtotais		5.187,74				5.016,02		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário		223.642,02				237.522,00		
	Subtotais		223.642,02				237.522,00		
Subsidiárias	---								
Associadas	---								
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade participa	---								
Pessoal chave de gestão da entidade ou da entidade-mãe	---								
Outras partes relacionadas	---								
Total			228.829,76				242.538,02		

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2016				Período 2015				
		Saldos pendentes em 31.12.2016		Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Saldos pendentes em 31.12.2015		Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
		Clientes e comissos	Outras entidades	Referidos no período	Quantias acumuladas no fim do período	Clientes e comissos	Outras entidades	Referidos no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	Acionista majoritário	1.406,00				1.898,50				
	Subtotais	1.406,00				1.898,50				
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário		1.711.478,73				1.701.784,29			
	Subtotais		1.711.478,73				1.701.784,29			
Subsidiárias	---									
Associadas	---									
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade participa	---									
Pessoal chave de gestão da entidade ou da entidade-mãe	---									
Outras partes relacionadas	---									
Total		1.406,00	1.711.478,73			1.898,50	1.701.784,29			

O valor inscrito no Balanço na rubrica "Outras contas a pagar", respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista

14

minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição. *Z. Menezes*

9.2 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados. *(M)*

9.2.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários. *HAJ*

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2016			31.12.2015		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Total	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Total
Caixa	Numerário	146,25		146,25	517,28		517,28
	...						
	Subtotal	146,25		146,25	517,28		517,28
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	131.025,54		131.025,54	104.270,15		104.270,15
	...						
	Subtotal	131.025,54		131.025,54	104.270,15		104.270,15
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotal						
Total		131.171,79		131.171,79	104.787,43		104.787,43

9.2.2 - Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

*Gasto (rendimento) por impostos correntes.*

O gasto por imposto corrente da entidade no exercício de 2016 é de 76,96 € (correspondente, em exclusivo, a tributação autónoma), sendo que o mesmo gasto referente a 2015 ascendeu a 3.482,57 €.

No caso vertente, não há condições para se falar de impostos diferidos, tendo em conta o histórico de prejuízos fiscais registado até à data e a total incerteza quanto à magnitude dos Resultados futuros e a quebra do pressuposto da continuidade da empresa.

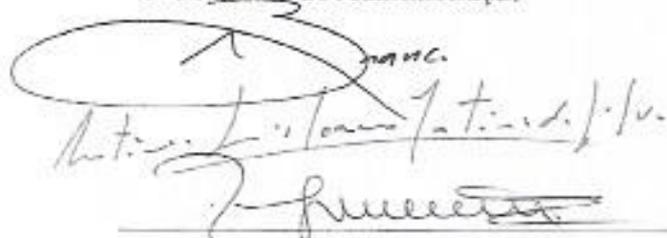
9.2.3 - Informação relativa a ativos e passivos financeiros:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2016		31.12.2015			
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por correspondência em resultados	---						
	Subtotais							
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Clientes	3.370,54	(1.226,31)	2.142,23	4.280,21	(1.226,31)	3.050,90
		E.O.E.P.	3.802,72		3.802,72			
		Outros ativos correntes	1.471,75		1.471,75	973,27		973,27
		Caixa e depósitos bancários	131.171,79		131.171,79	104.787,43		104.787,43
		---						
	Subtotais		139.816,80	(1.226,31)	138.588,49	110.049,91	(1.226,31)	108.821,60
	Instrumentos de capital próprio avaliados ao custo	---						
	Subtotais							
Total		139.816,80	(1.226,31)	138.588,49	110.049,91	(1.226,31)	108.821,60	
Passivos financeiros	Passivos financeiros avaliados ao justo valor por correspondência em resultados	---						
	Subtotais							
	Passivos financeiros avaliados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	10.068,87		10.068,87	2.942,50		2.942,58
		E.O.E.P.	20.587,08		20.587,08	12.059,05		12.059,05
		Outros passivos correntes	1.733.286,42		1.733.286,42	1.714.934,44		1.714.934,44
		---						
	Subtotais		1.763.942,37		1.763.942,37	1.729.936,08		1.729.936,08
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	---						
Subtotais								
Total		1.763.942,37		1.763.942,37	1.729.936,08		1.729.936,08	

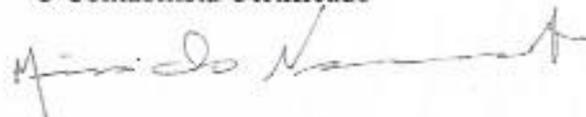
9.2.4 - O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2016. Porém, não está em causa o pagamento dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração

  
António Luís Loureiro (a.t.i.)/l.u.

O Contabilista Certificado





Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

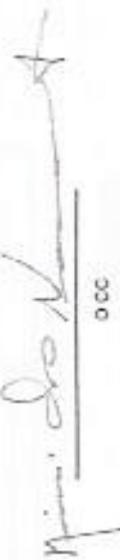
Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2015



Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio							
		Capital próprio	Ações (quóta) própria	Dívida financeira não garantida	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservado para distribuição	Ajustamentos de erros e omissões no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		Instituições que são sócias						
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	7	125.000,00														(1.648.005,93)			
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																			
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																			
Alterações de políticas contabilísticas																			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																			
Realização de sociedades de ventosura																			
Excessos de realização																			
Ajustamentos por insucessos afetivos																			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7																60.098,93		
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>																	60.098,93		
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>																	60.098,93		
Realizações de capital																			
Realizações de prémios de emissão																			
Distribuições																			
Entradas sem cobertura de perdas																			
Outras operações																			
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>	7	125.000,00															60.098,93	(1.587.926,70)	(1.587.926,70)


  
 O Conselho de Administração
   
 António Luís Gomes


  
 OCC

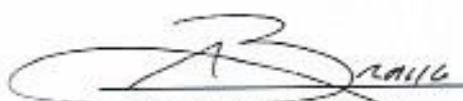


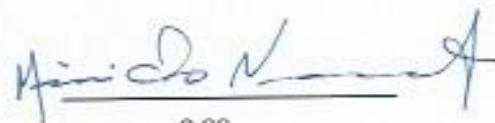
## Demonstração individual de fluxos de caixa

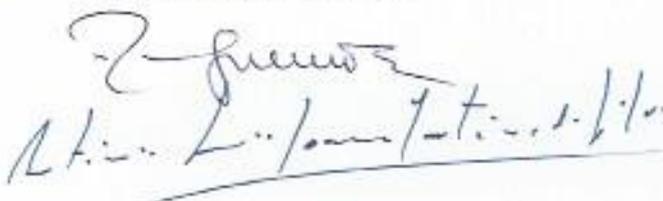
Período findo em 31 de DEZEMBRO de 2016

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	+	315.959,51	383.893,16
Pagamentos a fornecedores	-	(158.862,48)	(198.971,46)
Pagamentos ao pessoal	-	(98.899,47)	(85.392,44)
Caixa gerada pelas operações	+/-	56.397,56	99.529,26
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(4.436,16)	(630,06)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(25.577,04)	(25.280,23)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	(1)	<b>26.384,36</b>	<b>73.638,97</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-		(57.400,40)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		50.000,00
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	(2)		<b>12.500,60</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realizações de capital e de outros instrumentos do capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	(3)		
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	(1)+(2)+(3)		<b>26.384,36</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	9	104.787,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	9	131.171,79

  
O Conselho de Administração

  
O CC

  
Ativo Ligeiro de Miranda, S.A.



Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



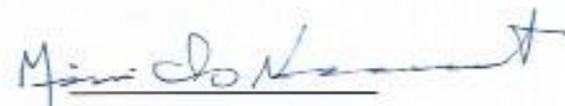
Demonstração dos resultados por naturezas (modelo ME)

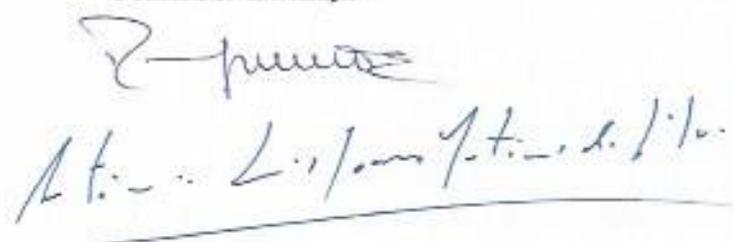
Período findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2016	2015
Vendas e serviços prestados	+	5: 9	262.134,62	276.651,65
Fornecimentos e serviços externos	-		(158.398,44)	(173.418,41)
Gastos com o pessoal	-		(103.016,65)	(82.288,37)
Imparidade (perdas/reversões)	-/+			(1.228,31)
Outros rendimentos	+		5.776,64	65.298,77
Outros gastos	-		(1.050,05)	(421,64)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		4.443,32	74.593,69
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		4.443,32	74.593,69
Gastos de financiamento (líquidos)	+		(8.726,91)	(11.012,19)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		(4.278,50)	63.581,50
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	9	(76,96)	(3.482,57)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	7	<b>(4.355,46)</b>	<b>60.098,93</b>

  
O Conselho de Administração

  
O CC

  
António Luís Pereira, s.d.l./s.c.



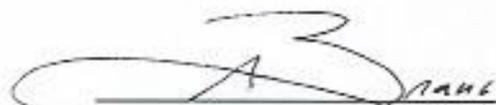
Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

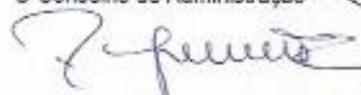


Balanco em 31 de dezembro de 2016 (modelo ME)

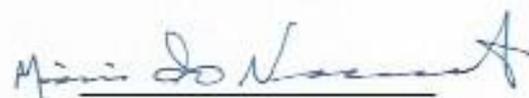
Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	30.480,00	30.480,00
		30.480,00	30.480,00
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Clientes	9	2.142,23	3.060,90
Estado e outros entes públicos	9	3.802,72	
Diferimentos		2.591,63	2.707,78
Outros ativos correntes	9	1.471,75	973,27
Caixa e depósitos bancários	9	131.171,79	104.787,43
		141.180,12	111.529,38
<b>Total do ATIVO</b>		<b>171.660,12</b>	<b>142.009,38</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	7	125.000,00	125.000,00
Resultados transitados	7	(1.712.926,70)	(1.773.025,63)
		(1.587.926,70)	(1.648.025,63)
Resultado líquido do período	7	(4.355,55)	60.098,93
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO</b>	7	<b>(1.587.282,25)</b>	<b>(1.587.926,70)</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	10.068,87	2.942,59
Estado e outros entes públicos	9	20.587,08	12.050,05
Outros passivos correntes	7, 9	1.733.286,42	1.714.934,44
		1.763.942,37	1.729.936,08
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>1.763.942,37</b>	<b>1.729.936,08</b>
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO e do PASSIVO</b>		<b>171.660,12</b>	<b>142.009,38</b>

  
O Conselho de Administração



Atividade Ligeira de Mirandela, S.A.

  
O CC

